

05

Ato do décimo terceiro Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Patos, realizada no dia 23 (vinte e três) de setembro do ano de 2003 (dois mil e três).

Após alguns minutos do dia 23 (vinte e três) de setembro do ano de 2003 (dois mil e três) sob a presidência do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Fundade e com a presença da Câmara Vereadora "ad hoc" pelo Vereador Gênesio dos Santos Mendes. Após alguns minutos responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Luis Lima de Aguiar, Allan, Givaldo do Silva, Procy, Brindes Arcanjo filho, Eduardo Carlos da Silva, José Eduardo Silva de Almada, Ricardo Pereira do Sousa, Luiz Machado de Sousa e Wilmar Fontana havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lido e aprovada a Ata do décimo segundo Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. Não sendo lido o Expediente, o Senhor Presidente a seguir, franqueou a tribuna aos Senhores inscritos. Ocupou a tribuna como primeiro Orador inscrito o Vereador Wilmar Fontana, que após as saudações de praxe, fez comentários quanto a matéria parolística da Colha dos Jagos sobre o projeto de Resolução dispondo sobre o aumento de cadeiras de Vereadores de 17 para 19, destacando que o mesmo equivoque-se ao afirmar que poro rejeitar o projeto bastava o retorno a Casa Legislativa do Vereador Amaury Valério. Disse a seguir, que seu voto favorecerá a tal destino devida-se a sua fidelidade partidária, pois sua Bancada política achava por bem aumentar o número de cadeiras, no legislativo em benefício da sociedade e que embora no passado tivesse se posicionado contrário, não era dono da verdade. Disse ainda, que alguns pontos deverão ser analisados, mas que a matéria não tinha nada de imoral e sobretudo tinha amparo legal. Nutreu a seguir, que a proposição em questão deveria ser discutida duas vezes, em um período de dez dias e que a Câmara conseguira os doze votos mínimos necessários. Disse ainda que o Vereador Amaury Valério tinha se manifestado contrário a aprovação da matéria e que tentara conversar com ele sem sucesso. Enfatizou a seguir que não no suplente do Vereador Amaury Valério, e sim de uma Bancada de sete Vereadores do PSDB, que eram os Senhores Vereadores Givaldo do Silva, Brindes Arcanjo filho, Bay Rocha, Antônio Carlos de Carvalho Fundade, Volney Rodrigues, Procy Brindes Arcanjo filho e o Senhor Paulo César. Adiante, teve

eloqios do Senador Amaury Galvão por sua postura política no transcurso de seu mandato, referindo que o mesmo pregava o voto de da Bancada e seria um pouco duro que ele, Wilmar Pontes tivesse que votar pela Proposição, deixando requirido que inicialmente era contra o aumento dos eaduros no legislativo, mas aderiu com a Galvão, e manteve sua posição. Continuando, disse que por ocasião da análise da discussão do Relatório na Câmara Municipal propôs que cada vereador se desligasse de um Assessor, o que por certo seria bem visto pela sociedade, já que haviam ocorridos apenas duas cadeiras de Senador diante da dimissão de Moraes, mas que entendeu que política era feita de fama e não para que não pudesse existir nenhuma dúvida com relação ao comportamento de alguns políticos. Adiante, comentou sobre o pronunciamento do Prefeito em programa de rádio local, no qual o mesmo concordava com sua forma de agir. Adiante referiu que não entraria em polêmica com a filha dos duques, mas, entendeu que os que se posicionaram contra requiriam o ponto de vista do Partido. Disse ainda que apesar de ser contra, a parceria havia o chance de ocupar uma das cadeiras, assegurando em decorrência de gozarem o voto pública com sinceridade. Finalizando, disse que convidara alguns cidadãos a todos os segmentos sociais a se manifestarem com relação a eleição dos dois eaduros na Casa Legislativa e assim deveriam procurar o seu candidato e colocar a sua opinião, no que encerra sua fala.

117

De seguir, ocupou a tribuna o Vereador José Eduardo, que após as beneditões de honra, comentou sobre os conquistos da Governadora Inárcia Balduino Fagundes, destacando que o PIB do Estado estava investindo 34 bilhões de reais até o ano de 2007 e que 85% (oitenta e cinco por cento) de tal investimento iria para o Estado do Rio de Janeiro. Adiante, requiriu que em decorrência de não haver mais de obra qualificado para atender ao crescimento demandado do Sítio da Praia de Campos, sugeriu a ideia pioneira do Projeto do Centro de Formação Tecnológica em giro que já se encontrava delimitada no 2º Distrito e contava com total apoio do Conselho Municipal, e mais, disse que tal empreendimento giraria cerca de 140 mil empregos. Continuando, disse que ele mesmo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha conhecimento de que a questão do vinho do Brasil no Brasil estava a guisa das necessidades nacionais, e assim, haveria consequentemente um aumento dos dividendos do cidadão, em virtude da modernização e adequação dos referenciais, visto a grande importância estratégica do Sítio de Campos por outro lado, disse que o atual cenário internacional e a influência das grandes empresas produtoras de vinho parecia ser elemento fundamental que impedia o crescimento da malha ferroviária no Brasil, o que se refletia atualmente na região, entre

possibilidade de uma refinaria ser instalada no Estado do Rio de Janeiro. In-
terveio o seu discurso parabenizando ao Prefeito Alair Corrêa, ao Deputado por
esse Partido pelos seus desvelamentos tendo como objetivo o progresso econômico so-
cial do região. A seguir, ocupou a tribuna o vereador João dos Santos Mendes,
que inicialmente proibiu manifestação do Prefeito Alair Corrêa, publicada no for-
mulete ao afirmar que para viabilizar a construção do Fórum de Povo Novo,
em área situada em frente a Prefeitura no Bairro Paqueta, indenizaria a família
Piragibe mesmo sabendo que a mesma não era legalmente proprietária da área
em flagrante desrespeito a aplicação do dinheiro público. Prosseguindo, disse que cum-
pra ao poder da Administração Pública estar atento de que o dinheiro pago pelo
contribuinte deva atender a finalidades de ordem legal, e assim, o Prefeito deve-
ria quando a habilitação da área não poderia despor ao seu desígnio, quanto
ao processo de indenização. Adiante, disse que seguindo o Prefeito, no mesmo entre-
vista que a família Piragibe deveria desobedecer de procedimentos judiciais quanto
a estado área do Paqueta, até porque, tais processos dispunham de outros imóveis pa-
ra obterem lucro e que por parte iriam ter dificuldades junto ao Poder Público na
aprovação de seus projetos, afirmando que o Prefeito contrariava com isso, declara-
ção uma prática humana daqueles que não têm compromisso com a democra-
cia, prejudicando as liberdades individuais e infringindo sobre as garantias cons-
titucionais. Disse que procedendo assim, o Prefeito se edera como ditador das
premissas de legislação e do judiciário, passando a ser o senhor da razão e
a infância superior passando sobre os direitos do cidadão. Disse ainda que
a propriedade tinha um fim social e para se intervir na propriedade privada
mostrou o procedimento de um voto que deveria ser cumprido. Disse também que
a atitude do Prefeito souva como um aviso àquilo que os seus desobedecer a sua
autoridade, ou seja, ou cumpriam os seus mandatos ou seriam perseguidos
e assim, não tinham como ficar omissos diante de tal hostilidade e agressão
diante dos direitos previstos e resguardados pela Constituição Brasileira. Disse
por último, ao declarar que os imobilizadores permaneciam omissos e con-
vintes diante do órgão do Prefeito Municipal, como se a sociedade não
se um processo de liturgia ante tais demandas. Disse que Povo Novo, ab-
uso de sua autoridade visava o descumprimento dos direitos, e a usurpação dos de-
veres, e até mesmo a violação de propriedades. E, mais, disse que o pre-
dador tal estado de fato os cidadãos não tinham onde reclamar quando suas pro-
priedades e individualidades fossem violadas por um grupo que estava no poder e

